

Acervo
ISA

CEDE - P. I. B.
DATA
COD 040 000 49

DEC-28-98 THU 9:42 SIND. MET. CAMP. REGIAO P. 01

P/ Secretaria Geral

CARTA DE XAPURI

No julgamento dos assassinos de Chico Mendes estão representadas a dor e o desejo de justiça de milhões de trabalhadores no Brasil, país onde a violência é uma ferida aberta, infeccionada pela impunidade. Darci Alves Pereira matou o líder dos seringueiros. Seu pai, o fazendeiro Darli Alves da Silva, é um dos mandantes da morte. Mas o que estava e vai continuar em julgamento, além da ação de dois homens violentos, é um modelo político e econômico que propicia crimes e que é, ele mesmo, um crime contra os povos da Amazônia; contra a natureza e contra o futuro da humanidade.

A condenação dos réus não encerra o processo. É necessário impedir que o crime continue acontecendo. Em todos os cantos de Xapuri, na cidade e na floresta, choram as viúvas e os órfãos de mais de 15 trabalhadores assassinados pela família Alves da Silva e por outros pistoleiros nos últimos anos. A violência que matou essas pessoas deixou seu rastro em Minas Gerais e no Paraná, onde a família dos réus matou e desmatou impunemente. Mas a ação desses pistoleiros não foi possível porque esteve amparada por uma política de ocupação a ferro e fogo das terras brasileiras, especialmente da Amazônia. Nos últimos vinte anos os bancos e as empresas nacionais e internacionais, com o apoio de sucessivos governos federais e estaduais, tem apoiado uma política de desenvolvimento injusta e predatória. A instalação de fazendas de gado e agroindústrias na Amazônia foi feita com extrema violência. Milhares de famílias foram expulsas de suas terras. Solos barragens foram queimados. Milhares de hectares de floresta foram derrubados; no maior desperdício de recursos naturais de que se tem notícia. A migração provocada por essas expulsões fez surgir favelas nas periferias das cidades, onde a fome e a doença provocam mais violência e desespero.

Em 1980, a morte de Wilson Pinheiro em Brasiléia anunciava o período mais cruel desta guerra contra o povo amazônico. No Acre, como em outros Estados, a lista das vítimas é grande: Jesus Matias, Antonio Calado, Ivair Igino, um a um os líderes dos trabalhadores foram sendo silenciados. Essas ameaças ainda pesam sobre muitos outros, como é o caso do Secretário do Conselho Nacional dos Seringueiros, Osmarino Amâncio Rodrigues.

Os culpados não foram punidos. Muita gente importante está envolvida. Políticos e autoridades ligados aos governos federais ante-

riores, que continuam no atual, nomes locais influentes e até ligados ao partido do Presidente da República, proprietários de terras e veículos de comunicação conhecidos na região, gente a quem a rede de impunidade protege e para quem a justiça não tem sentido. Vários nomes são citados numa lista que o próprio Chico Mendes divulgou, pouco antes de seu assassinato, junto com fatos e evidência da trama armada para sua morte que mostram a necessidade de prosseguir com as investigações pois o julgamento de Xapuri atinge apenas o rabo da cobra e é preciso chegar até a cabeça.

A tragédia amazônica tem, portanto, fortes patrocinadores. Ela é resultado de um período da vida brasileira marcado pela ausência da democracia. No modelo vigente, não existem debates com as comunidades antes da abertura de estradas, construção de barragens e outras obras de grande impacto ambiental e social. Grandes extensões de terra são dominadas por um pequeno grupo de proprietários. Poucas e poderosas empresas monopolizam a exploração e exportação de matéria prima. E tudo é feito em nome do progresso e do desenvolvimento.

O assassinato de Chico Mendes alertou para a complexidade da questão amazônica. Mais que isso, despertou a consciência mundial para dois fatos importantes. O primeiro é que problemas ecológicos, sociais, fundiários e econômicos estão juntos, têm a mesma raiz. O segundo, é que a Amazônia não é um deserto, mas é ocupada por povos que resistem e que correm o risco de serem destruídos, como mostra o caso da nação Yanomami, cujo extermínio vem ocorrendo rapidamente.

O que os povos da floresta amazônica gritam ao mundo é que as nações de desenvolvimento e progresso até aqui dominantes devem ser imediatamente revistas. Apontam uma alternativa: um outro modelo de desenvolvimento, baseado numa economia distributiva e diversificada, na relação harmônica com a natureza e na melhoria das condições de vida com o atendimento das necessidades sociais básicas. A proposta de reservas extrativistas que Chico Mendes expôs ao mundo é fruto da vontade dos povos da Amazônia de conciliar modernidade e natureza, democracia e economia, progresso e qualidade de vida. Os povos da floresta conhecem, pela sua experiência milenar, os segredos da mata. Seus conhecimentos são o seu patrimônio e a sua contribuição para a vida humana sobre a Terra. A diversidade de sua experiência cultural é semelhante à riqueza da biodiversidade amazônica e ambas são fundamentais para o futuro da humanidade. Perde-las seria uma tragédia para as futuras gerações.

O que é preciso é valorizar a contribuição desses povos, fortalecendo e ampliando o resultado de sua luta. No Acre, um terço das terras já é oficialmente reconhecida como reserva indígena ou extrativista, ou área destinada ao assentamento de agricultores. Mas ainda faltam os investimentos necessários para que as populações dessas áreas demonstrem todo o potencial de seu trabalho e a força de sua cultura. O desenvolvimento dessa região nas bases proposto por seus habitantes deve ser, após o julgamento do modelo anterior falido, o ponto de início de uma nova visão de progresso e de uma nova relação dos homens com a natureza.

Vivemos hoje um momento de profundo questionamento sobre os rumos das nações de todo o planeta. A utilização e a distribuição dos recursos naturais está no centro das preocupações dos povos de todo o mundo. Prepara-se, para 1992, no Rio de Janeiro, uma Conferência Internacional sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. O povo brasileiro, em especial da Amazônia, não pode ser mero expectador desse debate. Ele nos coloca a oportunidade de rever as noções de desenvolvimento que tem possibilitado os desastres ambientais e sociais como a devastação das florestas, a injustiça social, a fome, a poluição e o assassinato de líderes como Chico Mendes. Sem a participação democrática desses povos e de todas as organizações que lutam por um novo tipo de desenvolvimento, os debates da Conferência 92 serão inconsistentes e inúteis.

Reunidos em Xapuri, como representantes de entidades que lutam por um desenvolvimento socialmente justo e ecologicamente equilibrado, queremos justiça. Justiça que se inicia com a punição dos assassinos de Chico Mendes, mas não termina aí. É necessário descobrir e punir os responsáveis por este e outros crimes, fazendo desta justiça o ponto inicial de um novo caminho apontando pela luta dos povos da floresta.

Fazer justiça não é apenas condenar o passado mas, principalmente, lamentar a poluição, o desmatamento, a fome e a violência. Que a luta de Chico Mendes não tenha sido em vão. Que as futuras gerações possam respirar o puro ar da liberdade.

